

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO NÃO- ESPECISTA

Gustavo Henrique de Freitas Coelho¹

RESUMO

Este trabalho pretende defender a necessidade de se trabalhar conteúdos relacionados a ética animal nos ambientes escolares, visando desconstruir a visão antropocêntrica predominante nas sociedades ocidentais. Assim como evoluímos no combate ao racismo e ao sexismo, é necessário avançarmos para a superação do especismo. Por isso, considerando o papel da escola na formação de práticas e costumes em nossa sociedade, temos a responsabilidade de conduzir nossas crianças e jovens a uma compreensão mais justa e inclusiva de sociedade. Se faz necessário, assim, uma reestruturação das práticas curriculares vigentes, elevando o ensino a um novo paradigma de educação integral, justa, inclusiva e igualitária, possível apenas por meio de uma educação não-especista. Começamos apresentando alguns conceitos importantes sobre ética animal, seguidos de uma argumentação a favor da superação do especismo. Por fim, discutimos as possibilidades de um conteúdo programático crítico, que propague a ética animal de modo transversal e interdisciplinar.

Palavras-chave: ética animal, especismo, educação.

INTRODUÇÃO

A cultura ocidental é notadamente delimitada por uma compreensão antropocêntrica de mundo, que é transmitida e difundida de geração para geração por meio de seu modelo educacional. Assim, para promovermos uma mudança social à luz de uma concepção mais justa e abrangente no que diz respeito a nossa relação com as demais formas de vida sencientes que compartilham o planeta conosco, devemos empreender uma reestruturação das práticas curriculares vigentes, tanto em relação aos conteúdos das disciplinas como dos métodos empregados. É fato que, historicamente, sempre privilegamos a posição humana em sua relação com outras espécies. Mas, felizmente, a partir do desenvolvimento de estudos sobre os animais não-humanos, impulsionados pela discussão filosófica, essa situação vem mudando. A partir dos trabalhos pioneiros de Jeremy Bentham, Peter Singer, Gary Francione, Tom Regan,

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

e no Brasil, de Sônia Felipe, Alcino Bonella, Carlos Naconecy, Luciano Cunha, entre tantos outros filósofos e filólogas, a questão dos direitos animais tem cada vez mais ganhado espaço dentro dos muros das universidades e nos ambientes escolares, germinando mudanças na forma como a sociedade se relaciona com os animais não-humanos. Para contribuir com essas mudanças, cabe as instituições de ensino (Ginasial, Médio e Superior) reconhecer o seu papel social na construção de uma sociedade justa e igualitária, incluindo a discussão sobre ética animal na pauta de seus currículos com o objetivo de contribuir para a formação do pensamento autônomo, crítico e social de seus discentes, enquanto indivíduos conscientes do que acontece em seu meio social e empáticos com o sofrimento alheio.

ÉTICA ANIMAL E ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Podemos compreender a ética como um exercício de pensar os fatos e acontecimentos além de sua pura aparência, fomentando a reflexão sobre a nossa realidade. Desse modo, ainda que os contextos histórico e social sejam relevantes na determinação de juízos morais que pautam nosso agir social, lhe é intrínseco a crítica racional sobre nossas tradições e práticas usuais. Ao tratarmos de questões éticas estamos nos referindo a forma como nossas ações e omissões impactam o outro, sendo que na maior parte de nossa história esse outro foi visto como um outro ser humano. Apenas recentemente os questionamentos a essa hegemonia passaram a ser seriamente considerados, e a partir da década de 1970 a Filosofia começou a introduzir os animais não-humanos como seres legítimos de nossa preocupação moral. Desde então, o reconhecimento de um adequado tratamento para os animais não-humanos é tema que vem adquirindo notável espaço e relevância, passando a compor um campo específico da ética, chamado de ética animal.

Nós nos preocupamos com a forma como nossas ações irão impactar outros indivíduos porque estamos levando em conta também os seus interesses. Por isso, atualmente um dos pilares da ética (e também da ética animal) é a senciência, enquanto capacidade de sentir dor/sofrer e desfrutar de prazer/felicidade. Isso é assim porque

A capacidade de sofrer e de desfrutar as coisas é uma condição prévia para se ter quaisquer interesses, condição que é preciso satisfazer antes de se poder falar de interesses, e falar de um modo significativo. Seria absurdo dizer que não fazia parte dos interesses de uma pedra o fato de ter sido chutada por um garoto a caminho da escola. Uma pedra não tem interesses, pois não é capaz de sofrer (SINGER, 2002, p. 67).

Quando reivindicamos consideração moral a alguém, isso significa que nós levamos em conta seus interesses e a maneira pela qual esse indivíduo será afetado por nossas ações e omissões, atitudes e decisões. Desse modo, denominamos especismo “a consideração ou tratamento desfavorável injustificado daqueles que não são classificados como pertencentes a uma certa espécie.” (HORTA, 2022, p. 166). Na maioria das sociedades humanas é considerado normal discriminar animais de outras espécies, e a severidade com que ocorre essa discriminação e o dano causado a eles pode variar dependendo da localidade. Por exemplo, cães, vacas e golfinhos são considerados de formas muito diferentes dependendo da sociedade. De fato, a discriminação especista antropocêntrica está tão enraizada em nossa sociedade que exploramos animais no decorrer do dia, das mais diferentes formas, sem que a maioria dos seres humanos se deem conta disso. Vacas, porcos, galinhas, peixes, coelhos, cães, gatos, entre tantas outras espécies de animais são exploradas para alimentação, vestuário, entretenimento, trabalho, experimentação científica.

A inclusão dos animais não-humanos em nossa esfera de consideração moral trata-se, inegavelmente, de uma mudança de paradigma que surge a partir de construções filosóficas que propõem um olhar crítico da sociedade, o qual denuncia a inexistência de justificativa para o especismo e a exclusão dos animais não-humanos de nossa esfera moral em questões de igual consideração de seus interesses. À luz desse novo paradigma tem-se desenvolvido o reconhecimento do valor intrínseco da vida dos animais não-humanos, refletindo em mudanças de atitudes e comportamentos, como por exemplo a difusão da dieta vegetariana, e do veganismo como estilo de vida que busca excluir - na medida do possível e praticável - todas as formas de exploração de animais. O termo “direitos animais” surge nesse contexto, empregado como análogo aos direitos humanos. Se refere a reivindicação e preservação do direito à vida, liberdade, integridade física e psicológica de animais não-humanos, com base na premissa de que “[...] os benefícios que outros obtêm violando os direitos de alguém nunca justificam a violação desses direitos” (REGAN, 2006, p. 49).

Também a ciência vem expandindo seu conhecimento sobre os animais. Acreditava-se que a consciência era gerada no neocórtex e córtex. Embora esteja presente no cérebro de todos os vertebrados, o córtex possui um volume maior de neurônios nos humanos, estando relacionado a funções complexas como a memória, atenção e percepção. Por isso, durante muito tempo se acreditou que a consciência seria gerada ali, e somente em humanos. Contudo, estudos

têm demonstrado que a consciência surge a partir de um processo em rede, que envolveria várias partes do cérebro. Atualmente, sabemos que

Evidências convergentes indicam que animais não-humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente como a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Conseqüentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não-humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos. (LOW, 2012, tradução nossa).

Isso quer dizer que diversas espécies de animais não-humanos compartilham conosco a capacidade de perceber a si mesmos e seu entorno, de sentir e também de sofrer. Se no passado havia uma tentativa de legitimar a exploração animal, desde a *Declaração de Cambridge sobre a consciências em animais humanos e não-humanos* (2012) não podemos mais, conscientemente, ignorar a dor e o sofrimento que causamos aos outros animais.

SUPERAR VELHOS PARADIGMAS PARA CONSTRUIR UMA NOVA SOCIEDADE

A consideração ética pelos animais e seus direitos congrega à sua volta filósofos, e também cientistas e juristas. Ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido até que um número suficiente de pessoas seja impactado por essa discussão a ponto de abolirmos as atuais práticas exploratórias que regem nossas relações com os animais não-humanos. Por isso, se faz necessário promover essa discussão nos mais diferentes espaços, a fim de conscientizarmos a população e impulsionarmos as necessárias mudanças de paradigmas em relação a forma como entendemos e nos relacionamos com os animais não-humanos.

Um exemplo que reforça a necessidade de se abordar essa questão nas escolas pode ser encontrado em um estudo realizado com crianças norte-americanas. Os dados obtidos demonstraram que 41% das crianças que participaram do estudo acreditavam que bacon é de origem vegetal, o que, segundo os autores do estudo, pode ser explicado pelo avanço dos sistemas alimentares industrializados que fazem com que crianças e adultos se distanciem cada vez mais das plantas e animais que comem, e porque “Embora a alimentação seja um tema comum na educação infantil, o currículo tende a se concentrar no *que* comer em vez de ensinar às crianças informações factuais básicas sobre as fontes dos alimentos.” (HAHN; GILLOGLY; BRADFORD, 2021, tradução nossa).

Outro ponto importante evidenciado pelo estudo aponta que a maioria das crianças não consideravam animais, incluindo frangos, porcos e galinhas, como propícios à alimentação. Esses dados, somados a outros estudos do tipo, demonstram que valores, como o especismo, podem ser desenvolvidos gradativamente pelas crianças conforme absorvem as crenças e tradições sociais vigentes (PNEVMATIKOS, 2018; WILKS et al., 2021). A princípio, “o valor que as crianças atribuem à vida dos animais começa alto, mas depois diminui ao longo do desenvolvimento, à medida que adquirem crenças sociais que priorizam os humanos e minimizam a posição moral dos não-humanos.” (HAHN; GILLOGLY; BRADFORD, 2021, tradução nossa).

Sendo a escola um dos pilares da formação de nossos jovens e crianças, e sendo a Ética uma ciência voltada a reflexão crítica racional sobre nossas tradições e práticas usuais, temos assim a oportunidade de transpor pedagogicamente o conhecimento teórico relacionado ao estudo da ética animal para além das fronteiras da disciplina de Filosofia, seja considerando a ética animal como um ramo independente de investigação, seja como um desdobramento da ética, metaética, ética aplicada, bioética e filosofia política. Assim, é possível promover um processo educacional que vai além da mera fixação e reprodução de conteúdos, se preocupando com a prática social, a definição de valores, e a formação integral dos discentes.

A ideia de se respeitar os outros animais implica em um comprometimento em alterarmos a forma como nos relacionamos com eles, adotando, essencialmente, três tomadas de consciência: (1) A partir dos conhecimentos científicos mais recentes, podemos compreender as capacidades e necessidades dos animais não-humanos. Assim, sabemos hoje que eles têm expectativas, emoções, estabelecem vínculos sociais e familiares, além de possuírem consciência do mundo ao seu redor. Como seres sencientes, são vulneráveis, sentem dor e prazer, e por isso estão sujeitos a serem prejudicados e/ou beneficiados. (2) Nas sociedades ocidentais modernas, é possível viver bem, e com mais saúde, com dietas vegetarianas (SLYWITCH, 2015), e não precisamos aprisionar e matar, causar dor e desconforto a outros animais para nos alimentarmos. Não adoeceremos ou morreremos se nós ou nossa sociedade abandonar as práticas atuais que convertem animais sencientes em produtos. (3) Não aceitamos que causem danos ou sofrimento injustificado aos outros, nem aceitamos que nos causem sofrimento e danos desnecessários. Tampouco aceitamos que aprisionem, matem, mutilem ou causem danos às pessoas de que gostamos. Mas nós, humanos, causamos dor e intencionalmente aprisionamos, mutilamos e matamos dezenas de bilhões de animais para nossa

alimentação, para nosso lazer, para nossa ciência. Na indústria e em nossa cultura, escravizamos, exploramos e desrespeitamos os interesses de seres sensíveis e indefesos. Parece, então, haver apenas uma coisa certa a fazer: parar de causar-lhes danos. Mesmo que haja lucros e benefícios em desrespeitar os direitos deles, nós não devemos fazer isso. (BONELLA, 2022). Sempre que elegemos uma característica específica para excluirmos os animais não-humanos de nossas considerações morais, “por exemplo, que nós, mas não outros animais, somos autoconscientes, racionais, autônomos, temos a capacidade de usar a linguagem, temos um senso ou consciência moral, temos livre arbítrio ou somos responsáveis por nossos atos, e assim por diante” (MCMAHAN, 2020), estamos também a excluir indivíduos de nossa própria espécie que não possuem estas mesmas características. Assim, devemos proteger os animais não-humanos, considerando seus interesses e os tratando com bondade, de modo justo e imparcial, assim como trataríamos uma criança indefesa ou um idoso enfraquecido.

Ademais, a defesa dos direitos animais também se apoia em temas transversais, que buscam suscitar o debate e difundir na sociedade o pensamento crítico sobre o especismo, a exploração dos animais não-humanos, e a situação dos animais selvagens, voltado à reflexão teórica e a ações concretas que contribuam para evidenciar as relações existentes entre meio ambiente, saúde humana, direitos humanos e direitos animais.

TRABALHANDO ÉTICA ANIMAL EM SALA DE AULA

Em alguns casos, a dificuldade do aluno em assimilar os conteúdos teóricos ensinados na escola decorre da falta de significação desses conteúdos de forma objetiva ou subjetiva em sua vida. Assim, para evitar esse problema, é preciso desenvolver a prática educativa de forma transversal, estabelecendo uma relação entre os conhecimentos teoricamente sistematizados, e as referências culturais e experiências pessoais dos alunos, utilizando as suas vivências como pontes cognitivas para o aprendizado (RODRIGO, 2009). No caso da ética animal, é preciso problematizar o real, indo além do senso comum e da aparência das coisas. Como esse é um processo contrário aquele costumeiramente praticado pelos alunos, acostumados e educados a receberem de forma acrítica as posições sociais vigentes, em que “[...] desde o nascimento, presença e aprende mimeticamente o exercício da ‘irreflexão’, da ‘ausência de pensamento’ passado pelos pais, seus primeiros e mais importantes educadores [...] submetido ao convívio diário com atos violentos para com os animais [...]” (DENIS, 2010), a melhor forma de trabalhar

seria por meio da problematização de suas experiências de vida, de modo a progressivamente passar do nível não-crítico para o crítico.

Ainda que tenha origem em uma fundamentação ético-filosofia, a ética animal é extremamente abrangente, envolvendo a discussão sobre os diversos contextos aos quais os animais não-humanos estão envolvidos. Dado as múltiplas áreas envolvidas em cada um desses contextos, a discussão sobre ética animal pode ser melhor compreendida e trabalhada em sala de aula ao considerarmos sua transversalidade e também sua interdisciplinaridade.

Para se contrapor a condescendência social à forma cruel como os animais não-humanos são tratados, nos últimos anos se produziu um número expressivo de materiais sobre o assunto, incluindo cartilhas, livros, artigos científicos, documentários, além de uma abundância de vídeos e sites que podem ser usados como auxílio a aulas ou indicados como sugestão de leitura e pesquisa. Assim, entre as várias perspectivas possíveis ao se abordar a questão animal em sala de aula, é possível exibir aos alunos vídeos, documentários e obras cinematográficas que retratem o modo como os animais são tratados, as condições físicas e psicológicas as quais são submetidos, o processo industrial que converte vidas de animais sencientes em produtos e cobaias, e as adversidades enfrentadas pelos animais selvagens.

Além do sofrimento causado aos animais, também são relevantes as questões relacionadas ao desmatamento, emissões globais de gases do efeito estufa, desperdício de água potável, mudanças climáticas, todas vinculadas a exploração animal e que geram prejuízos aos próprios animais, ao meio ambiente, e aos seres humanos (ORSELLI; CONTE, 2019, p. 93/95). Embora todos estes aspectos possam legitimamente compor o escopo de reflexão da ética animal, devemos nos atentar para não nos afastarmos da preocupação com os animais não-humanos, visto que “também questões ambientais vêm sendo discutidas moralmente sob um ponto de vista antropocêntrico. Ou seja, pensamos no meio-ambiente como um instrumento necessário para implementação da vida e dos interesses [exclusivos] humanos.” (OLIVEIRA; DIAS, 2018, p. 374).

Dentre todos os modos de exploração animal, talvez o que mais se destaque pelo expressivo número de animais mortos anualmente, seja o de animais explorados para alimentação humana. Prática comum no cotidiano de crianças e adolescentes, alimentos derivados de animais estão presentes na mesa de grande parte da população brasileira. Por isso, embora seja possível trabalhar com outras formas de exploração animal com vistas a uma

educação crítica, refletir sobre o que comemos é um dos modos mais fáceis de aproximar a discussão sobre ética animal das práticas e vivências dos alunos.

A partir do trabalho do educador nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental é possível dar início a um processo que por vezes é relegado pela educação familiar e social, que é o de apresentar para a criança a origem de vários tipos de alimentos, falar sobre o abate de animais, e os impactos ambientais derivados de nossas escolhas alimentares. O objetivo é que desde cedo seja possível desenvolver nas crianças a consciência de que cada animal, mesmo subsumido a uma espécie, é portador de interesses próprios e uma personalidade individualizada. Privilegiando o lúdico e o diálogo, é preciso dar início a desconstrução das expressões amplamente difundidas nessa etapa de ensino de que os animais nos “dão” ovos, carne, pele, leite, etc., práticas e linguagens que banalizam e validam a exploração de animais. Para auxiliar neste trabalho, uma possibilidade é estabelecer analogias e evidenciar as contradições entre o tratamento conferido aos animais que são explorados (alimentação, pesquisa, etc.), e aquele que recebem os animais domésticos.

No Ensino Médio, além das questões éticas em relação ao tratamento conferido aos animais, há inúmeras outras questões que podem ser abordadas pela Biologia, Química, Geografia, seja a partir de uma análise com foco nos próprios animais, ou a partir de uma consideração sobre o impacto ambiental gerado pela criação intensiva. Relacionadas ao Português temos o uso da linguagem antropocêntrica que perpassa os livros didáticos até as obras clássicas, questões estas que podem ser trabalhadas em paralelo ao desenvolvimento das capacidades de leitura e interpretação. A partir da História temos a base para uma comparação dos movimentos sociais e suas pautas e reivindicações contra o racismo e o sexismo, movimentos análogos aquele que se opõe ao especismo. Há questões que envolvem até mesmo a Matemática, uma vez que é comum o uso de animais em vários manuais didáticos, utilizados sob o prisma antropocêntrico. O mesmo ocorre se pensarmos no Ensino Superior, sendo possível aprofundar ainda mais a reflexão crítica sobre a relação entre o desenvolvimento das ciências e da tecnologia e a exploração animal, seja por meio da análise de técnicas e práticas especistas e antropocêntricas, ou na busca de soluções para superação desse cenário.

Em todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem, são vários os tópicos e métodos disponíveis para serem explorados pelo educador na contestação do especismo,

incorporando ao seu fazer pedagógico uma análise transversal crítica e ampla nos diversos espaços formais de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, nossa sociedade foi estruturada segundo uma compreensão antropocêntrica de mundo, que se auto fomenta por meio do ambiente escolar, com opiniões e atitudes injustificavelmente desfavoráveis em relação a animais não-humanos sendo transmitidas de geração para geração. Assim, cada geração cresce e se desenvolve tendo por normal práticas cruéis e desnecessárias infligidas a um número incalculável de seres sencientes, indefesos e vulneráveis.

Acreditamos que o ambiente escolar deve ir além da mera formação tradicional e conteudista, se preocupando com a formação pessoal e social de seus alunos. A ética animal se insere, assim, nesse campo progressista que visa revogar práticas arcaicas e ultrapassadas, moralmente condenáveis à luz do progresso humano, social e científico. Não mais precisamos matar animais para nos alimentar, para fazer ciência ou ensinar nossos alunos. O que nós devemos fazer é parar de lhes causar danos. Assim, cabe ao educador romper com esse ciclo de dor e violência, proporcionando um outro e novo olhar, reflexivo e crítico, sobre as práticas e costumes atuais que regem nossas relações com os animais não-humanos. Campo já consolidado na Filosofia, a Ética Animal se apresenta como uma proposta de reivindicação por justiça e igualdade para os animais não-humanos, que pode e deve ser trabalhada em toda sua transversalidade e interdisciplinaridade. Não sendo possível tratar, aqui, de práticas e métodos pormenorizados, esperamos que este trabalho sirva como um convite a professores e professoras a repensar sobre seus próprios preconceitos, e que possamos juntos promover uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos, humanos e não-humanos.

REFERÊNCIAS

BONELLA, A. E. **Viver e morrer bem**: ensaios de bioética. Curitiba: Appris, 2022.

DENIS, L. **Direitos Animais**: um novo paradigma na educação. In: III SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DOS ANIMAIS, 2009, São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12926962/direitos-animais-um-novo-paradigma-na-educacao-fala-bicho>. Acesso em: 30 set. 2022.

HAHN, E. R.; GILLOGLY, M.; BRADFORD, B. E. Children are unsuspecting meat eaters: An opportunity to address climate change. **Journal of Environmental Psychology**, [s. l.], v. 78, p. 101705, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494421001584>. Acesso em: 25 set. 2022.

HORTA, O. O que é o especismo? **Ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 162–193, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/80645>. Acesso em: 25 set. 2022.

LOW, P. **The Cambridge Declaration on Consciousness**. Cambridge, UK, 2012. Disponível em: <https://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MCMAHAN, J. Animais. **Primordium - Revista de Filosofia e Estudos Clássicos**, Uberlândia/MG, v. 5, n. 10, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/primordium/article/view/56828>. Acesso em: 25 set. 2022.

OLIVEIRA, F. A. G.; DIAS, M. C. Educação, ética animal e ambiental: destituindo o paradigma antropocêntrico. **Revista Espaço do Currículo**, [s. l.], v. 3, n. 11, p. 370–377, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v3n11.40557>. Acesso em: 30 set. 2022.

ORSELLI, H. A.; CONTE, A. W. A utilização da educação ambiental como instrumento de conscientização voltado para a extinção das formas de exploração animal. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 89–112, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/30728>. Acesso em: 30 set. 2022.

PNEVMATIKOS, D. When do children start to take mitigating circumstances into account when judging the act of killing? **Cognitive Development**, [s. l.], v. 48, n. October–December, p. 94–104, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0885201417302563>. Acesso em: 30 set. 2022.

REGAN, T. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

RODRIGO, L. M. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o Ensino Médio**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção formação de professores).

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SLYWITCH, E. **Alimentação sem carne: um guia prático para montar sua dieta vegetariana com saúde**. São Paulo: Alaúde, 2015.

WILKS, M. *et al.* Children prioritize humans over animals less than adults do. **Psychological Science**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 27–38, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0956797620960398>. Acesso em: 30 set. 2022.